

Regimento limita a soberania

LUIZ MARQUES

ADRIANO LAFETA
Da Editoria de Política

A Assembléia Nacional Constituinte já sabe o tamanho exato da sua soberania. Não poderá reformar a atual Constituição, revogando o entulho autoritário como pretendiam os progressistas. Terá poderes apenas para suspender ("sobrestar") medidas que possam ameaçar seus trabalhos, conforme decidiram ontem os próprios constituintes. Após aprovar o substitutivo do projeto de regimento interno do senador Fernando Henrique Cardoso, eles aprovaram duas vezes — simbolicamente e em votação nominal — a emenda Maurílio Ferreira Lima, que limita a soberania.

Na primeira votação do destaque, às 19h30min, com quase cinco horas de sessão, o presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, determinou que permanecessem em seus lugares aqueles que concordavam com a emenda, imediatamente considerando-a aprovada. O líder do PT, deputado Genoino Neto, não gostou. Lembrou que no encaminhamento da votação havia sido acertado que ela seria nominal.

Antes que Genoino fosse atendido, o deputado Aldo Arantes, do PC do B de Goiás, repetiu a questão de ordem ao microfone em meio a violenta discussão com o líder do PFL, José Lourenço. Os dois quase se atacam no corredor do plenário, numa clara demonstração da polémica que se formou em torno da soberania, quando o deputado Ulysses Guimarães ordenou ao secretário da deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), que passasse à chamada nominal. A emenda, então, acabou sendo aprovada por 394 votos. Votaram contra 78 constituintes.

ACORDO IMPOSSÍVEL

A sessão, convocada para votar o regimento interno, começou fria. Sem a presença do deputado Ulysses Guimarães e presidida pelo senador Mauro Benevides (PMDB/CE), parecia uma cerimônia religiosa, com nada menos que três deputados — Antônio



Brandão, Haddad e Lula. A esquerda perdeu

de Jesus (PMDB/GO), Oswaldo Bender (PDS/RS) e José Fernandes (PDT/AM) — usando de citações bíblicas em seus pronunciamentos, seja para defender a moral e os bons costumes, criticar o materialismo excessivo da Constituinte ou malhar a política econômico-financeira do Governo.

Só quando o deputado José Genoino, líder do PT, subiu à tribuna, a sessão atingiu a temperatura que se esperava dela. Com toda a ênfase que lhe é peculiar, ele criticou o que chamou ironicamente de "grande acordo" para aprovação da emenda Maurílio Ferreira Lima, que na sua opinião colocava a soberania da Constituinte "numa pequenez muito grande". Destacou, a propósito, que "não adianta ter soberania apenas diante de ameaças".

A sessão completava sua primeira hora quando Genoino levantou a bola da soberania. Depois, a deputada Cristina Tavares (PMDB/PE) aplicou um antitérmico, usando seu tempo para falar da crise energética e da prioridade que o Nordeste, segundo ela, não experimentou nem mesmo com um presidente maranhense, José Sarney.

O clima permaneceu morno até o final do pinga-fogo, parte da sessão em que os parlamentares se revezavam no microfone convocados por ordem de inscrição. Houve até quem propusesse a convocação extraordinária do Congresso Nacional para discutir a ameaça da Aids; o deputado Onofre Corrêa (PMDB/MA), que teve o cuidado de lembrar que nem os constituintes estavam a salvo do risco de contrair a doença.

A questão da soberania, nesse período, não chegou a empolgar. Ao contrário, só foi lembrada com o propósito de apaziguar os ânimos. O deputado Daso Coimbra (PMDB/RJ), por exemplo, louvou a iniciativa de entendimento promovida pelos líderes partidários no recesso do carnaval. E o deputado Antônio Britto (PMDB/RS), que anunciou ao mundo a morte do presidente Tancredo Neves, destacou que buscou-se "difícil equilíbrio" e que as conquistas eram importantes.

O que se viu depois, contudo, quando o deputado Ulysses Guimarães entrou no plenário, assumiu a presidência da Mesa e iniciou

o processo de votação do Regimento Interno, foi um racha claro entre progressistas e conservadores. Ou seja, o acordo acontecera apenas entre centristas. E o presidente da Constituinte teve que interromper diversas vezes suas instruções para a votação, apelando com insistência para que o plenário fizesse silêncio.

A primeira matéria colocada em votação, o substitutivo do substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso, não teve qualquer problema para sua aprovação. A votação foi simbólica: "Os que aprovam permaneçam como estão. Está aprovado", proclamou o deputado Ulysses Guimarães, às 16h45min. Cunha Bueno (PDS/SP), monarquista confesso, que ofereceu emenda nesse sentido ao projeto de Regimento Interno que originou o substitutivo e a viu ser rejeitada pelo relator, fez questão de manifestar seu voto contrário.

Em seguida, por votação nominal, foi aprovada por 413 votos favoráveis, 52 contra e as abstenções do presidente da Mesa, Ulysses Guimarães, e do secretário Arnaldo Faria de Sá, a preferência para que a Constituinte votasse o destaque do artigo 57 do substitutivo, cujo parágrafo 7º estava entre a emenda do senador Fernando Henrique Cardoso e a de autoria do deputado Maurílio Ferreira Lima, a aprovada.

PRÓS E CONTRAS

Na prorrogação da sessão, que se estendeu além das 18 horas e teve que ser novamente prorrogada para que fosse concluída a votação da emenda Ferreira Lima, os líderes fizera, de tudo para convencer suas bancadas pelo sim ou pelo não. Haroldo Lima (PC do B/BA), considerou a alternativa ao texto do relator Fernando Henrique "o atestado de óbito da soberania dessa Casa".

Jamil Haddad (PSB) disse que o Exército que ontem estava ocupando as refinarias de petróleo poderia cercar o Congresso e, fato consumado, ficaria difícil reclamar soberania. O melhor, segundo ele, seria impedir a ocorrência do fato, revogando as medidas de emergência, a Lei de Segurança Nacional e outros instrumentos de repressão.